

Secretaria de Política Agrícola Departamento de Economia Agrícola Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 42 30/08/2013

1. Nordeste – Déficit hídrico se agrava

As companhias estaduais de abastecimento de água do Nordeste monitoram e divulgam continuamente o nível das reservas hídricas existentes em sua rede de reservatórios distribuídos pelos estados de toda a região. Todas as companhias têm alertado a população sobre as dificuldades que vão enfrentar nos próximos meses, pois, pelo segundo ano consecutivo, as chuvas no Semiárido não foram bastantes para fazerem a recarga de água em volume suficiente para atender a demanda normal. Há, portanto, um déficit hídrico que exige, em centenas de municípios, ações de intervenção emergencial na rede de infraestrutura hídrica para adequá-la às disponibilidades existentes, bem como medidas de contenção ou racionamento por parte da população.

Em visita à cidade de Patos/PB, dia 24 de julho, o diretor de operações da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais da Paraíba alertou a população sobre os riscos de um possível colapso no abastecimento de água, em conseqüência do longo período de estiagem que atinge a região Nordeste. Segundo aquele Diretor, a situação de crise no abastecimento de água abrange toda a região do Sertão, principalmente as comunidades rurais. "A grita por água atinge todo o Sertão, toda a área do Semiárido. Estamos com vários projetos de atendimento com prioridade para as comunidades rurais, em especial naquelas cidades onde o colapso no abastecimento de água já é realidade", afirmou.

Em algumas regiões da Bahia, com o longo período de estiagem e a consequente diminuição dos níveis dos mananciais utilizados para abastecimento, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa – vem adotando, em alguns municípios, a medida preventiva de distribuir água em regime de racionamento. A distribuição de água tratada nesse regime é a única forma de garantir a continuidade do serviço até que os mananciais recuperem o nível normal. Na prática, significa que com menos água para distribuir os imóveis atendidos terão água nas torneiras em menos dias da semana. Para ter acesso à água nos períodos de desabastecimento, a população deve fazer o consumo racional, evitando desperdício e usos menos importantes, como irrigação de jardins, lavagem de carros, de calçadas, de áreas externas, entre outros. Nos municípios onde há racionamento, a empresa está promovendo campanhas nos meios de comunicação para alertar a população, por meio da distribuição de calendário com dias em que haverá fornecimento e mobilizando a comunidade para consumir o mínimo possível de água.

No Ceará apenas três reservatórios estão com mais de 90% da capacidade. O volume de chuvas entre janeiro e março de 2013 em relação ao mesmo período de 2012 teve queda de 36%. A esperança para algumas comunidades são obras emergenciais e a distribuição de



Secretaria de Política Agrícola

Departamento de Economia Agrícola

Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

água pelos carros-pipa, já que o segundo semestre costuma ser de poucas chuvas. Atualmente, os reservatórios contêm 41,3% da capacidade total, tendo apenas 7,7 bilhões de metros cúbicos dos 18,3 bilhões que podem armazenar. O volume das águas atingia 69,8% da capacidade em março de 2012, ano também de seca. Já em março de 2013, o volume armazenado havia caído para 44%.

Mais de 50% dos açudes públicos do Ceará estão com volume de água inferior a 30%. O cálculo leva em conta os 144 açudes construídos pelos governos Estadual e Federal e monitorados diariamente pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh) e pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). A Tabela 1, abaixo, detalha tal situação que se reproduz para todo o Semiárido.

TABELA 1 - Nível dos açudes do Ceará

SITUAÇÃO DOS AÇUDES NO ESTADO DO CEARÁ		
0 a 9%	31 açudes	
10 a 19%	19 açudes	
20 a 29%	24 açudes	
30 a 39%	24 açudes	
40 a 49%	14 açudes	
50 a 59%	10 açudes	
60 a 69%	6 açudes	
70 a 79%	4 açudes	
80 a 89%	1 açudes	
90 a 99%	2 açudes	
100%	1 açudes	

Fonte: Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos/CE (Cogerh), agosto de 2013

2. Ações emergenciais dos governos federal e estaduais

O Nordeste vive a pior seca das últimas décadas. Em parceria com o Governo federal, os estados vêm desenvolvendo ações emergenciais nos sistemas de abastecimento de água de centenas de municípios que estão em situação mais crítica. As ações totalizam bilhões de reais, sendo uma parcela de recursos próprios das companhias estaduais e outra parte oriunda dos diversos ministérios que atuam diretamente com intuito de reverter à situação.

Entre as ações existem: a integração entre sistemas de abastecimento de água que se encontram ameaçados de colapso com outros que tenham disponibilidade hídrica; o abastecimento alternativo por meio de carros-pipa; poços cavados onde for tecnicamente viável e a implantação de cisternas.



Secretaria de Política Agrícola Departamento de Economia Agrícola Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Para exemplificar ações estaduais existentes cita-se uma do Governo do Ceará que concluiu a construção de adutora emergencial de engate rápido no município de Crateús. Trata-se de infraestrutura hídrica de 13 km que levará água do açude Carnaubal até a estação de tratamento de água do município, beneficiando 70 mil habitantes. Esse é um dos exemplos de operação desenvolvida pela Cogerh para garantir segurança hídrica a vários municípios da região. As ações daquela Companhia incluem, ainda, a construção de adutoras emergenciais, a limpeza e desobstrução de leito de rios e a transferência da água de açudes com boa capacidade hídrica para aqueles com grande deficiência.

Toda a região do polígono das secas não tem medido esforços para contornar a situação promovida por este longo período de estiagem. Não só a Embasa, mas também outras companhias responsáveis pelo fornecimento de água vêm adotando medidas preventivas e até emergenciais de distribuição de água em regime de racionamento. Nos lugares onde há racionamento há a promoção de campanhas nos meios de comunicação a fim de alertar a população sobre o uso racional da água; distribuem-se calendários dos dias em que haverá fornecimento e promove-se a mobilização da comunidade para que esta consuma o mínimo possível de água.

O Governo Federal, parceiro dos estados nas ações de atenuar os efeitos causados pela seca prolongada, vai repassar recursos para a construção de obras hídricas aos municípios da região Nordeste e de Minas Gerais, declarados pela Defesa Civil em estado de emergência.

Por meio do programa Água para Todos, a população do Semiárido brasileiro é beneficiada com a instalação de reservatórios de água da chuva para o consumo humano e para a produção. Esses reservatórios captam a água da chuva por meio de um sistema de calhas e canos. Desde 2011, foram construídas cerca de 270.611 cisternas. A meta é instalar 750 mil em todo o País. A determinação da presidente Dilma é de que todas as casas da zona rural no Semiárido nordestino tenham uma cisterna. Em 2013, o ritmo de construção foi intensificado. Até julho foram entregues 130 mil novas cisternas para consumo; a previsão é que serão 240 mil até dezembro e 750 mil até 2014.

O Dnocs anunciou a descentralização imediata de R\$ 66,31 milhões para a instalação de 533 sistemas simplificados de abastecimento de água e 385 barragens subterrâneas. Com intuito de agilizar o atendimento às comunidades carentes de água, as coordenadorias do Dnocs em Alagoas, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte irão contratar as empresas com dispensa de licitação. O diretor geral do Dnocs recomendou atender de modo prioritário aos municípios mais carentes.

Os coordenadores nos estados vão receber da Administração Central uma orientação unificada da procuradoria do órgão sobre como devem proceder na dispensa de licitação com



Secretaria de Política Agrícola Departamento de Economia Agrícola Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

base na portaria e decreto que reconhece a situação de emergência de cada município. Conforme a lei, as obras terão de ser executadas dentro de 180 dias. O Dnocs vai fornecer projeto base e termo de referência para que as coordenadorias estaduais possam implantar as obras de modo mais rápido. A contratação será fiscalizada por pessoal do Dnocs nos estados e da Administração Central.

Se a execução se der da forma mais rápida, há possibilidade de se conseguir mais recursos. Para isso o Dnocs deverá receber mais recursos do Ministério da Integração Nacional vislumbrando a recuperação de 800 sistemas simplificados de água, com a instalação de poços públicos tubulares e de mais 600 sistemas simplificados de abastecimento de água que incluem a perfuração e instalação de novos poços tubulares. Tão logo os recursos cheguem serão descentralizados para as coordenações nos estados. Conforme a realidade de cada um. A Tabela 2 apresenta uma síntese do plano de obras emergenciais. Observe abaixo.

TABELA 2 – Obras emergenciais de infraestrutura hídrica.

Estado	Implantação	Implantação de	Recuperação de	Recuperação de sistema
	de barragem	sistema simplificado	sistema simplificado	simplificado de água com
	subterrânea	de abastecimento de		a perfuração e instalação
		água	instalação de poços	de poços
AL	20	20	35	40
BA	50	50	81	75
CE	70	120	95	75
MG	-	50	30	70
PB	45	40	140	75
PE	40	100	92	75
PI	40	40	70	75
RN	70	100	232	75
SE	20	20	25	40

Fonte: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS